Preparação para pandemias e a sessão do Comitê Executivo do ACNUR

Preparación para pandemias y la sesión del Comité Ejecutivo del ACNUR

Pandemic preparedness and the UNHCR Executive Committee session

Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo: O presente informe, elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global, apresenta duas novidades internacionais sobre a temática da migração e do refúgio das últimas semanas: a reunião de alto nível da Assembleia Geral das Nações Unidas para Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias (PPPR) e a 77ª sessão do Comitê Executivo do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Quanto à reunião de alto nível das Nações Unidas sobre PPPR, será discutida a mesa-redonda intersetorial sobre a inclusão de migrantes, refugiados e populações deslocadas nas agendas sobre pandemias, a qual reuniu representantes de governos, agências das Nações Unidas, como a Organização Mundial da Saúde e a Organização Internacional para as Migrações, organizações da sociedade civil e setor privado. Já sobre o Comitê Executivo do ACNUR, serão apresentados os destaques das falas de abertura e encerramento do Alto Comissário Barham Salim, que assumiu o cargo em 2026, ressaltando as prioridades e estratégias de ação da organização para o próximo período, além da participação do Brasil nas discussões.

Palavras-chave: Migrações; Refúgio; Preparação, prevenção e resposta a pandemias; ACNUR.

Resumen: *El presente informe, elaborado por el Grupo de Trabajo sobre Migración, Refugio y Salud Global, presenta dos novedades internacionales sobre el tema de la migración y el refugio de las últimas semanas: la reunión de alto nivel de la Asamblea General de las Naciones Unidas sobre Prevención, Preparación y Respuesta ante Pandemias (PPPR) y la 77.ª sesión del Comité Ejecutivo del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR). En cuanto a la reunión de alto nivel de las Naciones Unidas sobre PPPR, se discutirá la mesa redonda intersectorial sobre la inclusión de migrantes, refugiados y poblaciones desplazadas en las agendas sobre pandemias, la cual reunió a representantes de gobiernos, agencias de las Naciones Unidas — como la Organización Mundial de la Salud y la Organización Internacional para las Migraciones —, organizaciones de la sociedad civil y el sector privado. En cuanto al Comité Ejecutivo del ACNUR, se presentarán los aspectos más destacados de los discursos de apertura y clausura del Alto Comisionado Barham Salim, quien asumió el cargo en 2026, en los que se resaltaron las prioridades y estrategias de acción de la organización para el próximo período, además de la participación de Brasil en los debates.*

Palabras clave: *Migraciones; Refugio; Preparación, prevención y respuesta ante pandemias; ACNUR.*

Abstract*: This report, prepared by the Working Group on Migration, Refugees and Global Health, presents two international news on migration and refuge: the UN High Level meeting for*

Pandemic Prevention, Preparedness and Response (PPPR) and the 77th session of the UN agency for refugees (UNHCR) executive committee. Regarding the UN high level meeting on pandemic PPPR, the report will debate the intersectoral roundtable for the inclusion of migrants, refugees and displaced people on pandemic agendas, which reunited government representatives, UN agencies such as the World Health Organization and the International Organization for Migration, civil society organizations and the private sector. Then, the report will present the highlights of the UN high commissioner for refuge, Barham Salim, opening and closing remarks at the executive committee session, showing the organization's priorities and strategies for the next years, besides commenting on Brazil's participation.

Keywords: *Migration; Refuge; Pandemic preparedness, prevention and response; UNHCR.*

Mobilidade Humana e Preparação para Pandemias: Caminhos para uma resposta global mais inclusiva

Em 25 de setembro de 2026, durante a Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias (PPPR), a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) promoveram uma mesa-redonda intersetorial de alto nível com o objetivo de fortalecer a inclusão de migrantes, refugiados e populações deslocadas nas estratégias globais de prevenção, preparação e resposta a pandemias[1].

O encontro reuniu representantes de governos, agências da ONU, organizações da sociedade civil, setor privado e redes de juventude, refletindo o entendimento de que uma abordagem inclusiva para a PPPR exige articulação entre múltiplos setores. As discussões evidenciaram a necessidade de integrar a mobilidade humana de forma sistemática aos sistemas de preparação para emergências sanitárias, superando modelos centrados exclusivamente na resposta a crises e avançando para sistemas de saúde resilientes, equitativos e sustentáveis. Tais sistemas devem assegurar a continuidade do cuidado, fortalecer a coordenação transfronteiriça e enfrentar barreiras estruturais que dificultam o acesso aos serviços de saúde e comprometem a confiança das populações em movimento[1].

Os participantes destacaram diversas prioridades para o avanço de uma PPPR inclusiva. Entre elas, ressaltou-se a importância de incorporar a preparação aos sistemas nacionais de saúde, especialmente por meio da atenção primária e da garantia de continuidade assistencial. Também foi enfatizado o papel fundamental do engajamento comunitário, reconhecendo migrantes e pessoas deslocadas como parceiros ativos nos processos decisórios e na implementação de ações de vigilância, comunicação de risco e fortalecimento da confiança[1].

Outra prioridade refere-se à eliminação de barreiras estruturais, como restrições relacionadas ao status migratório, exigências documentais, dificuldades linguísticas e isolamento geográfico, que continuam limitando o acesso equitativo aos serviços de saúde. Nesse contexto, destacou-se ainda a necessidade de aprimorar sistemas de dados sensíveis à migração e ao deslocamento, capazes de identificar vulnerabilidades, compreender padrões de mobilidade e subsidiar políticas mais eficazes de preparação e resposta[1].

A mesa-redonda também defendeu a adoção de uma abordagem baseada em múltiplos riscos, considerando que os sistemas de preparação devem estar aptos a responder não apenas

a pandemias, mas também a outras emergências e crises interconectadas. Além disso, os participantes ressaltaram a importância de combater a desinformação, o estigma e narrativas que associam migrantes e refugiados a ameaças sanitárias ou de segurança, reconhecendo que esses fatores podem enfraquecer a confiança pública e dificultar a implementação de políticas inclusivas[1].

Por fim, foi reafirmada a necessidade de promover a participação significativa de mulheres e jovens migrantes nos processos de formulação de políticas e tomada de decisão, bem como de fortalecer a colaboração entre governos, organismos internacionais, sociedade civil e setor privado. O evento reforçou que a incorporação sistemática da mobilidade humana nas políticas e planos de PPPR é essencial para a construção de respostas mais eficazes, equitativas e sustentáveis, além de consolidar o diálogo intersetorial e ampliar oportunidades de cooperação em âmbito nacional e global[1].

A 77ª sessão do Comitê Executivo do ACNUR

Entre 12 e 16 de outubro de 2026, aconteceu a 77ª sessão do Comitê Executivo do ACNUR, agora presidido por Barham Salim. Em sua fala de abertura[2], Salim destacou que, nos nove meses que já passou liderando a organização, tornou-se claro a escala do desafio que têm pela frente: os conflitos estão se prolongando, bem como os processos de deslocamento, e os recursos estão sendo cada vez mais reduzidos.

Assim, a prioridade central deve ser, além da assistência humanitária, garantir que as pessoas em situação de deslocamento forçado sejam capazes de retomar a agência de suas vidas e construir seus próprios futuros. Isso só será possível com liderança política e maior investimento na prevenção de conflitos, diplomacia, paz e desenvolvimento, que permitirão a segurança sustentável, retornos voluntários quando as condições permitirem e a chance de reconstrução. Algumas das principais crises mencionadas pelo Alto Comissário foram Sudão e Chade, Ucrânia, Sahel, Bangladesh e Mianmar, Iêmen, e, na América Latina, Colômbia e Haiti.

Salim também chama a atenção para o aniversário de 75 anos da Convenção de Refugiados de 1951, salientando que seus princípios permanecem, mas os esforços para implementá-los precisam ser repensados ao longo do tempo. Em 2026, o ACNUR respondeu a 22 declarações de emergência em 18 países diferentes, demonstrando a importância das equipes de emergência e da assistência humanitária.

No entanto, torna-se necessário refletir sobre o que acontecerá após a emergência de modo que respostas temporárias não se tornem permanentes. Para Salim, essa é a provocação por trás do novo objetivo de, até 2035, reduzir pela metade o número de refugiados de longo prazo que dependem das operações humanitárias cujo número hoje chega a 14,5 milhões de pessoas. Contudo, a finalidade não é diminuir a assistência, mas a necessidade dela, substituindo-a por soluções duradouras, como os retornos voluntários e os processos de reassentamento. Ademais, o ACNUR está trabalhando individualmente com cada país para alinhar seus programas com iniciativas dos governos locais para assegurar a autossuficiência, inclusive de financiamento.

Por fim, mencionou-se a transformação da organização em direção à maior eficiência, mas os cortes significativos de recursos colocam em risco a continuidade das operações. Até o início de outubro, o ACNUR tinha disponível três bilhões de dólares, correspondendo a 35% do necessário planejado para o ano. O Alto Comissário ressalta que estão trabalhando para ampliar

a base de apoio, para garantir um financiamento previsível, antecipado e flexível diante da complexidade das novas crises.

Em sua fala de encerramento[3], Salim pontuou novamente que a assistência humanitária não é o suficiente para garantir a proteção e soluções autossuficientes e duradouras. Embora indispensável, ela não pode substituir a ação política para prevenir e resolver conflitos e promover a paz. O papel do ACNUR, então, é de assegurar que os países que recebem refugiados não assumam a responsabilidade de proteção e acolhida sozinhos, atuando onde é necessário com eficiência.

O Brasil integrou o Comitê com a participação do diretor do Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça (Senajus) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e a liderança do embaixador e secretário de Assuntos Multilaterais Políticos do Ministério das Relações Exteriores[4]. No debate geral, o Brasil reafirmou seu compromisso com a implementação dos princípios estabelecidos pela Convenção de 1951. Além disso, o país aderiu à iniciativa *"The Promise",* que reforça o pacto político internacional com a proteção dos refugiados a partir do direito de buscar proteção e da responsabilidade compartilhada entre os países para com os deslocamentos forçados.

A representação brasileira também apresentou algumas das medidas adotadas pelo país, como o Programa Nacional de Acolhida Humanitária por Patrocínio Comunitário, que articula o governo federal, organizações da sociedade civil e comunidades de acolhida para receber e integrar os beneficiários. Apenas em 2026, mais de 500 refugiados do Afeganistão chegaram ao Brasil através do programa.

Além de uma reunião com o Alto Comissário, o Brasil foi eleito para integrar o *Bureau* do Comitê Executivo do ACNUR e participou de reuniões de alto nível com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), tratando da ampliação da cooperação migratória em temas como a Operação Acolhida, o fortalecimento de vias regulares para migração laboral, o Patrocínio Comunitário, o enfrentamento ao tráfico e contrabando de pessoas e a implementação da Polícia Nacional da Migrações, Refúgio e Apatridia, instituída em 2025.

Referências

1. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Advancing inclusive pandemic prevention, preparedness and response for migrants, refugees and displaced populations.* Geneva: WHO, 7 out. 2026. Disponível em:https://www.who.int/news/item/07-10-2026-advancing-inclusive-pandemic-prevention--preparedness-and-response-for-migrants--refugees-and-displaced-populations. Acesso em: 24 out. 2026.

2. ACNUR. *United Nations High Commissioner for Refugees opening remarks to the 77th session of the Executive Committee.* 12 out. 2026. Disponível em: https://www.unhcr.org/news/speeches-and-statements/united-nations-high-commissioner-refugees-opening-remarks-77th-session. Acesso em: 26 out. 2026.

3. ACNUR. *United Nations High Commissioner for Refugees closing remarks to the 77th session of the Executive Committee.* 16 out. 2026. Disponível em: https://www.unhcr.org/news/speeches-and-statements/united-nations-high-commissioner-refugees-closing-remarks-77th-session. Acesso em: 26 out. 2026.

4. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. *Em Genebra, Brasil reafirma compromisso com a Conveção de 1951 e a proteção de refugiados.* 16 out. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/em-genebra-brasil-reafirma-compromisso-com-a-convencao-de-1951-e-a-protecao-de-refugiados. Acesso em: 26 out. 2026.